## *ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA*

## *ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA*

## *16 DE FEVEREIRO DE 2007*

No dia 16 de Fevereiro, pelas 09 horas e 30 minutos no edifício do Auditório Municipal, Anfiteatro, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1- **ACTAS** – Leitura, discussão e votação da acta da sessão Ordinária de 22 de Dezembro de 2006.
2- **PÚBLICO – 1.º Período de Intervenção.**
3- **Período de Antes da Ordem do Dia.**
4- **Período da Ordem do Dia:**
   - **4.1**- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art.º 53.º do Decreto-lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.
   - **4.2**- Adesão à "Associação Portuguesa para a Segurança e Conservação de Pontes".
   - **4.3**- APPACDM – Candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equip. Sociais – Pares.
5- **Outros Assuntos de Interesse para o Município.**
6- **PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.**

***Constituição da Mesa:***

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

| | |
|---|---|
| PRESIDENTE..... | José Manuel Pavão |
| 1º. SECRETÁRIO..... | Jorge Manuel Pereira |
| 2º. SECRETÁRIO..... | Humberto António Cordeiro |

***Verificação de presenças:***

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 64presenças, pelo que foi declarada aberta a sessão pela Presidente da Assembleia Municipal, dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 62 membros no decorrer da sessão.

***Membros em falta:***

Maria Isabel G. L. Velho Borges Pires, Paulo Manuel P. Rodrigues Pinto, Luís Manuel Macedo Pinto de Sousa, José Manuel Correia de Morais, Jorge Augusto Costa, Vasco Aníbal Saldanha, Luís José Herdeiro Mosqueiro, José Eduardo Gomes de Almeida, Maria de Fátima Bravo C. E. Santos, Paula Maria Pereira do N. Lopes Garcia e Rui Miguel Costa Sá.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Cumprimento o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, os Srs. Vereadores aqui presentes, os Srs. Deputados Municipais, a imprensa, os representantes de outras instituições e o público. Pedia ao Sr. Secretário o favor de ler a correspondência e prestar as informações recebidas.

**Correspondência recebida**

- **Câmara Municipal de Bragança:** inauguração do Museu Ibérico.

- **Associação Nacional de Municípios:** Quadro de Referência Estratégico Nacional; Remunerações, despesas de representação, compensações para encargos e Senhas de Presença dos eleitos locais para 2007; Transferência de Competências. Metodologia a adoptar. Calendarização; Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro; Orçamento de Estado para 2007; Publicação do Regime Jurídico do sector empresarial local. Alteração ao Estatuto dos Eleitos Locais; Incompatibilidades; XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses/1.ª Informação.
- **Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Mirandela:** Envio de dados.
- **Grupo Parlamentar do PCP:** Diversas intervenções.
- **Estrutura de Missão do Ano Europeu da Igualdade e Oportunidades para todos, por uma sociedade justa para 2007:** Convite.

**justificações de faltas:**

"Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Venho pela presente, respeitosamente pedir a V.EX.ªS. se digne justificar a minha falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela, no dia 22/12/2006, por razões profissionais.
**José Luís Herdeiro Mosqueiro**"

"Sr. Presidente da Assembleia
Maria Isabel G. L. Velho Borges, deputada municipal eleita pela lista do CDS/PP à Assembleia Municipal de Mirandela, residente na Rua Vasco da Gama, n.º 300 – Mirandela, vem por este meio justificar a sua ausência à sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22/12/2006, devendo-se esta a compromissos profissionais inadiáveis.
Mirandela, 26/12/2006
**Maria Isabel G. L. Velho Pires**"

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Levo ao conhecimento de V.EX.ªS que por motivos profissionais não me é possível estar presente à sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela, que vai ter lugar no dia 22/12/2006.
**Arménio Moisés Veiga**"

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Serve a presente missiva para comunicar a V.EXª que no próximo dia 16/02/2007, por motivos profissionais não poderei participar na reunião da Assembleia Municipal, pelo que solicito desde já a aceitação da justificação que agora apresento.
**José Manuel Correia Morais**"

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Serve a presente para lhe dar conhecimento e aos restantes membros que não poderei comparecer à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 16/02/2007, por motivos profissionais inadiáveis.
Aproveito a oportunidade para lhe solicitar que transmita as devidas condolências aos familiares das vítimas do acidente da linha do Tua.
Faço também votos que esta Assembleia acompanhe o inquérito que será realizado para apuramento das causas desta tragédia, não obstante as primeiras impressões indiquem para um deslizamento de terras e que nos comunique, em tempo útil os resultados obtidos.
Seria oportuno agendar, para breve uma reflexão sobre o futuro da linha do Tua, embora de momento, pelo respeito e reserva que os familiares das vítimas nos merecem, penso não ser a altura mais indicada de o fazer.
Desejando a todos os presentes uma sessão de trabalhos produtiva.
Com os melhores cumprimentos.
**Luís Sousa**"

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.**

**PONTO N.º 1 –APROVAÇÃO DAS ACTAS**

**Votação:**
Votos Contra.....0
Abstenções.....0
Votos a Favor.....Unanimidade

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta de 22/12/2006.**

Antes de entrar no 2º ponto, o Presidente desta Assembleia não pode deixar de referir a triste ocorrência que se verificou no início desta semana que hoje termina. Dirijo daqui uma palavra de conforto e de solidariedade às famílias das vítimas, esperando que naturalmente haja um ponto comum e concordância dos partidos aqui representados no sentido de que sejam efectuadas diligências e medidas em relação a este assunto tão importante para a vida do nosso Concelho e com repercussão na região.

Nesta circunstancia e porque houve também acordo partidário antes do início desta sessão, eu dava a palavra ao Sr. Deputado Humberto Dinis Veiga, para apresentar uma moção em nome de todos os partidos aqui representados.

**Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):**

**Voto de Pesar**

Dia 12 de Fevereiro, pelas 18h e 45m, aconteceu na linha do Tua, um desastre gravíssimo que nos entristeceu a todos.

Os Membros da Assembleia Municipal reunidos em Assembleia Municipal de 16/02/07 propõem:

- Um voto de pesar às famílias enlutadas pelo grave acontecimento;
- Um voto de confiança à Administração do Metro e outras entidades envolvidas nos trabalhos de salvamento;
- Um minuto de silêncio pelas vítimas no referido desastre.

**Votação**
Votos Contra.....0
Abstenções.....0
Votos a Favor.....Unanimidade

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de "Voto de Pesar."**

Nesta circunstância, dou imediatamente cumprimento a este voto, pedindo "um minuto de pesar."

Podemo-nos sentar. Está assim cumprido a última parte deste voto aprovado na Assembleia, falta naturalmente que a Mesa remeta o voto de confiança à Administração do Metro e um voto de pesar às famílias enlutadas.

Ou a Mesa o faz por sua livre decisão, tendo a confiança dos partidos ou então eu, Presidente da Mesa, sugeria aos representantes dos partidos que fizessem um texto e que naturalmente, desde que haja concordância, seria remetido, em vez destas palavras mais simples. Mas depois podemos continuar a conversar sobre este assunto no final da reunião.

**PONTO .N.º 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

Não temos nenhuma inscrição.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):**

Bom dia a todos, eu vinha apresentar uma moção em nome do Grupo Municipal do PSD.

**Moção:**

O Hospital de Mirandela foi um dos hospitais espoliado de serviços na recente reorganização da rede de saúde materno infantil, o que resultou de uma decisão do Senhor Ministro da Saúde, alicerçada num alegado estudo técnico promovido pelo Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, que tem amplamente demonstrado não ter condições de isenção.

Encerrou-se a maternidade de Mirandela, ignorando-se as vozes dos autarcas, das populações, os apelos das mulheres, rumando-se contra a evidência de que o Hospital de Mirandela gozava de uma centralidade geográfica, de uma qualidade certificada e de melhores condições de segurança para a realização de partos.

Não resultando o diálogo, nem as manifestações de rua, os passeios, as vigílias, depositámos no Tribunal a réstia de esperança de vermos reposto o que injustamente nos foi saqueado.

Em Setembro de 2006, foi apresentado pela Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação das Urgências uma proposta da rede de Urgências, nos termos da qual eram definidos três níveis de Serviço de Urgência: O Serviço de Urgência Polivalente, O Serviço de Urgência Médico-Cirúrgico e o Serviço de Urgência Básico.

Na definição da rede de urgências de tal proposta o Hospital de Mirandela era contemplado com um serviço de Urgência Médico-Cirúrgico, por dos critérios consignados, nomeadamente tempo de trajecto ao serviço de urgência, pontos da rede por capitação, conjugado com factores como raio de distância e tempo de acessibilidade até pontos da rede, resultar ser este o serviço necessário para a integral satisfação das necessidades das populações residentes na área de influência deste Hospital.

Tranquilizaram-se os espíritos dos mais críticos, aceitando-se que, por uma vez, não fosse Mirandela a ser penalizada por mais um desenfreado ataque à qualidade da vida dos cidadãos, na sua vertente mais importante, a da saúde.

Em finais de Janeiro de 2007, fomos todos surpreendidos pela divulgação da proposta final apresentada pela referida Comissão Técnica, que à revelia dos critérios que havia preconizado, traduzia um verdadeiro atentado contra os utentes do Serviço Nacional de Saúde de todo o Sul do Distrito de Bragança.

Alicerçada nos mesmos pressupostos e visando atingir os mesmos objectivos, entendeu a Comissão Técnica de Apoio à Requalificação das Urgências reduzir o Serviço de Urgência do Hospital de Mirandela a um Serviço de Urgência Básico.

Tal redefinição ou requalificação do serviço de urgência apenas é apreensível à luz do desconhecimento da enorme área geográfica que constitui a área de influência do Hospital de Mirandela.

Esta requalificação do serviço de urgência constitui não só uma machadada fatal para o Hospital de Mirandela, como também tem repercussões de enorme gravidade, pondo em risco a saúde, senão mesmo a vida, de todos aqueles que careçam de uma rápida e eficiente resposta na prestação de cuidados de saúde.

Há um volte face inaceitável e uma contradição revoltante neste estudo, que se diz técnico, e no qual se afirma que os tempos alvos previstos para a demora máxima até um ponto de urgência (30 minutos até qualquer Serviço de Urgência e 45 minutos até um Serviço de Urgência Médico-Cirúrgico ou Polivalente) representam uma aproximação da maioria da população ao Serviço de Urgência.

Ficamos a saber que a preocupação é com as maiorias, votando-se ao desprezo as minorias, as populações dos vários concelhos do sul do distrito de Bragança que passarão a distar a mais de duas horas de uma urgência médico-cirúrgica.

Mirandela está de luto, mas não nos podemos esquecer, que também as populações de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo e Vila Flor assistem consternados a um golpe fatal no Hospital que sempre as serviu e socorreu.

Foi acentuado pelo Ministro da Saúde que não se sentia vinculado a esta Proposta e que a decisão da rede de urgências seria uma decisão política.

Temos fé, que assim seja, e que o Sua Excelência o Senhor Ministro da Saúde demonstre claramente que a sua estratégia é prestar melhores cuidados de saúde a todos os portugueses, discriminando positivamente aqueles que já são os mais desfavorecidos, têm piores acessibilidades e menos recursos económicos.

Nas recentes jornadas parlamentares do Partido Socialista, referia o Senhor Ministro da Saúde, que as reformas na saúde eram uma "caravana em marcha, que conta com todos", afirmando, "convido-vos a entrar a bordo".

Nós até entraríamos a bordo, se este governo e o Senhor Ministro da Saúde em particular, demonstrassem ser o diálogo a via preconizada para a solução dos problemas que afligem as nossas gentes.

De repudiar será também a afirmação do deputado eleito pelo círculo eleitoral de Bragança na lista do Partido Socialista, Dr. Luís Vaz, que, segundo foi profusamente difundido pelos órgãos de comunicação social, afirmou que, no Distrito de Bragança, há apenas capacidade para existir uma urgência médico-cirúrgica, e que esta se deverá manter no hospital da capital de distrito.

No distrito de Bragança há, como de resto, constava do primeiro relatório da Comissão Técnica, necessidade e capacidade para duas urgências médico-cirúrgicas e apenas quem não conhece o distrito ou serve outros interesses que não os do distrito poderá afirmar o contrário.

Pelo exposto, propõe:

- Seja aprovado o presente protesto contra a proposta da Rede de Urgência apresentada em Janeiro de 2007 pela Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação das Urgências, na parte em que se reporta ao Hospital de Mirandela, prevendo o encerramento da urgência médico-cirúrgica.

- Seja aprovado o presente protesto contra as afirmações do deputado eleito pelo círculo eleitoral de Bragança, Dr. Luís Vaz, nas quais preconiza a manutenção de apenas um Serviço de Urgências Médico-Cirúrgicas no distrito de Bragança, que se deverão situar no hospital da capital de distrito.

Que da decisão que vier a ser tomada por esta Assembleia, se for favorável, seja dado conhecimento a suas Excelências, os Senhores Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Ministro da Saúde e Presidentes dos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República e Deputado Luís Vaz

Muito obrigada.

**Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):**

Bom dia a todos.

Penso que na última ou na penúltima reunião da Assembleia Municipal, eu levantei aqui uma questão a propósito, (que tinha por sua vez sido levantada na reunião de Câmara pelo Vereador Hernâni Rodrigues) de uma alegada insegurança que estavam a provocar uns postes no campo de futebol.

Entretanto eu disse aqui que essa alegada insegurança nunca existiu e continuo a dizer que não existe, mas que também estava a tentar resolver o problema

E de facto a primeira parte do problema está resolvido, a Junta de Freguesia não tendo meios, nem humanos nem económicos para resolver um problema daqueles, que eu continuo a dizer que é simplesmente para satisfazer as pretensões de algumas pessoas, mas nós é para isso que lá estamos, não só de algumas mas de todas também. Neste caso seria só de algumas.

A Junta de Freguesia decidiu realizar um concurso a nível da aldeia e fazer a adjudicação dos postes, vendendo os postes e tendo que ser as pessoas a tirá-los de lá.

Trago aqui o concurso que já foi feito, já os postes foram atribuídos a uma determinada pessoa que concorreu, mas também me recordo perfeitamente bem que nessa reunião dirigi um convite, quer ao Sr. Vereador Hernâni Rodrigues, quer ao Sr. Vereador Sousa, no sentido de irem comigo ao Franco quando quisessem, à hora que quisessem no sentido de vermos essas inseguranças e outras que possam existir lá. Até ao dia de hoje, nem um nem outro me telefonou ou me contactou no sentido de se disponibilizarem para irem lá, o que eu acho um pouco estranho e deixa-me um pouco triste e tiro uma conclusão: é que quando as pessoas se dedicam a causas particulares e esquecem as causas públicas, isso traz algo de preocupante que eu penso que é aqui o caso.

Também numa das Assembleias Municipais eu trouxe aqui o problema de uma casa que estaria alegadamente a ser construída e trouxe algumas fotografias que as pessoas viram e que muita gente no final da reunião me veio bater com as mãos nas costas a dizer que tinha sido uma atitude "inovadora pelo menos", mas também tive o cuidado de dizer a muita gente que está aqui que quando algumas destas pessoas soubessem de quem era a propriedade da casa, que talvez depois as atitudes fossem completamente diferentes.

Ainda bem que os Serviços Municipais actuaram para já, tardiamente, na minha opinião, porque levou aí uns três meses desde que a casa começou a ser construída até que alguém se dignou a ir lá. Neste momento presumo que a casa está embargada, mas essas tais pessoas que eu dizia que me batiam nas costas pela iniciativa que eu tomei, disse-o aqui que quando soubessem de quem era propriedade a casa, as atitudes iriam ser completamente diferentes.

Meu dito, meu feito como se costuma dizer, tem sido desde essa data até agora, presumo que, um ir e vir à Câmara no sentido de tentar resolver o problema da situação, mais uma vez aqui uma causa particular em detrimento das causas públicas.

Se isto é forma de fazer política e de actuar perante as populações, estou fora disto, não tem a ver com a minha maneira de actuar na minha freguesia e presumo que as pessoas da freguesia sabem bem como é que eu actuo e como é o meu relacionamento com elas e a forma de eu estar na Junta de Freguesia. Obrigado.

**Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):**

Bom dia a todos.

Cumprimento respeitosamente a Mesa da Assembleia, Exm.ª Câmara, Exm.ºs Deputados Municipais, os órgãos de informação aqui presentes e o respeitável público.

Iríamos começar a nossa intervenção pelos assuntos que se seguem e o primeiro é este: "Lei da Liberdade Religiosa."

A publicação da Lei da Liberdade Religiosa, Lei 16/2001, veio a permitir que o Estado não continuasse a discriminar as igrejas ou comunidades religiosas.

Foi na verdade uma medida esperada há muito tempo pelas comunidades religiosas existentes no país e que vem no prosseguimento da alteração da lei constitucional e da concordata.

Se é verdade que tem sido difícil o consenso para regulamentar a referida lei, a verdade é que a mesma contempla já princípios que dispõem em algumas matérias importantes. É o caso do art.º 28 que consagra o direito de audiência sobre instrumentos de planeamento territorial designadamente os planos municipais de ordenamento do território e de mais instrumentos de planeamento territorial que devem prever a afectação de espaços a fins religiosos.

Na sessão anterior foi abordado aqui o caso das capelas mortuárias. Será que a Câmara tem presente a existência apenas da Igreja Católica, ou está a pensar noutras comunidades religiosas.

Julgo que a Câmara deverá ter presente também, antes da construção das capelas mortuárias, se existem outras confissões religiosas que eventualmente tenham também necessidade de construção de uma capela mortuária para velarem os seus mortos.

Por outro lado, gostaríamos também de saber como vêm sendo tratadas as comunidades religiosas, que não a Igreja Católica, designadamente quanto à sua instalação e utilização de espaços para fins religiosos, sabendo-se que algumas comunidades religiosas não têm receitas para construírem templos, pelo que têm que se subordinar ao arrendamento de fracções do rés-do-chão dos prédios constituídos em propriedade horizontal e como se sabe, o objecto dessas fracções é normalmente destinado ao comércio, indústria e profissões liberais.

Nestas condições, como são tratados estes casos pela Câmara Municipal?

Em face do crescimento das comunidades religiosas, julgo de todo o interesse deixar aqui esta breve intervenção para alertar a Câmara Municipal para esta realidade.

E segue-se uma situação que se prende com a caça.

Numa das sessões desta Assembleia trouxemos aqui a questão que se relaciona com o exercício da caça. Passados poucos dias recebemos da parte do representante da Assembleia do Conselho Cinegético Municipal, as informações respeitantes às reservas de caça municipais, associativas e turísticas, existentes no Concelho de Mirandela.

Acontece porém que as ditas informações, embora importantes, nada nos dizem quanto à conservação das espécies cinegéticas.

Com efeito, em cada ano, as respectivas entidades gestoras, terão que dar cumprimento ao que dispõe o art.º 19 do Dec. Lei 202/2004 de 18 de Agosto.

Na verdade é por aqui que poderemos verificar a gestão das zonas de caça, designadamente que recursos existem nas reservas, a fim de evitar os comentários que para aí andam que as entidades cobram aos caçadores taxas de inscrição, mas não existem espécies cinegéticas para caçar.

Assim, teria todo o interesse que oportunamente fossem juntos os respectivos mapas de exploração cinegética para verificar qual o total das peças abatidas, de espécies cinegéticas e quais os investimentos feitos no sector.

É que para se poder rentabilizar as reservas de caça é necessário fazer investimento, o que parece não se verificar na maior parte dos casos.

Sendo uma actividade de grande interesse turístico para o Concelho, julgo que será importante sensibilizar as entidades gestoras, para esta actividade, num Concelho que dispõe das melhores condições para desenvolver esta actividade que lhe poderá proporcionar grandes receitas.

E segue-se agora algumas referências ao Sr. Presidente da Câmara.

Eu quero dizer-lhe que não deve se sentir melindrado quando a oposição o confronta com determinadas realidades.

A verdade é que por vezes não é vista a nossa posição, com aquela elevação que deve existir quando temos que abordar aqui determinadas questões.

Eu começava aqui por referir já a primeira que é a seguinte: A unidade móvel de saúde. De acordo com a Dir.ª da ARS de Bragança, numa entrevista à rádio informou que o único concelho que não tem ainda uma unidade móvel de saúde é Mirandela.

Eu gostaria que o Sr. Presidente da Câmara nos dissesse o que é que se passa com este assunto, dado que esta situação foi realmente uma bandeira do CDS e portanto gostaria que efectivamente nos dissesse qual é a posição deste problema.

Quanto às Urgências já aqui, a minha distinta colega abordou o problema, eu acho que sim, que neste aspecto estamos todos de acordo, porque não há dúvida nenhuma que a pouco e pouco vão-nos retirando aquilo que nos resta. Temos que reagir e reagir frontalmente contra isto.

Tenho aqui também um outro apontamento que se prende com as obras da Câmara. Recebemos uma listagem realmente grande, só que há aqui problemas que se levantam relativamente às obras.

Os concursos normalmente contemplam situações que se prendem com as multas a aplicar aos empreiteiros quando não cumprem as empreitadas no prazo legal. Eu não sei até que ponto isto é cumprido pela Câmara de Mirandela, ou será que as dívidas estão por detrás da falta de aplicação destas multas? É que na verdade, se não cumprem os prazos, têm que ser realmente punidos por esse incumprimento.

Há um acréscimo relativamente à dívida aos empreiteiros e fornecedores relativamente a 2005. Um acréscimo da ordem dos 30%. Eu gostaria que o Sr. Presidente da Câmara nos dissesse a que se deve realmente este aumento. Há empreitadas que não constam da listagem do Diário da República, outro aspecto que convém aqui esclarecer.

A obra do museu está parada ou o que é que se passa com isto? São considerações que eu deixo ao Sr. Presidente da Câmara.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

O programa está organizado em itens que estão numerados e de preferência, sempre que possível de acordo com os critérios, devemos integrar os assuntos dentro destes itens.

Chamo a atenção para "Os outros interesses para o Município" e para o próprio "Período da Ordem do Dia".

Então vamos continuar neste Período Antes da Ordem do Dia. Dava a palavra ao Sr. Deputado David Garrido.

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Bom dia a todos, cumprimento a Mesa, os caríssimos Colegas e o Executivo.

A pergunta que eu faço é se o novo Regimento já está em funcionamento? Porque se está, a intervenção do antecessor não tinha direito neste ponto da Ordem de Trabalhos, uma vez que o Sr. Presidente pelo novo Regimento não pode responder agora e teria sido na próxima.

**O Sr. Presidente da AM** interpolou para dar o seguinte esclarecimento:

Se bem foram entendidas as minhas palavras que procuraram ser discretas e breves, por isso mesmo eu remeti o recado para esta Assembleia, (naturalmente para o Sr. Deputado que teve a palavra anteriormente) dizendo que há uma ordenação própria e sempre que possível os Srs. Deputados devem integrar os seus assuntos dentro do programa.

Eu até referi objectivamente "Outros Interesses para o Município", de maneira que tem que haver um esforço de todos.

O Regimento já está em funcionamento uma vez que foi aprovado na Sessão anterior.

Faz favor de continuar.

**O Sr. deputado David Garrido** continuou a sua intervenção:

Uma outra situação que eu também acho que a Mesa devia ter em consideração: foi lido aí na abertura a correspondência e correspondência recebida de CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens). Ora o CPCJ tanto quanto sei mandou à Assembleia Municipal o relatório como é obrigatório fazer.

Sendo assim quem é que da Assembleia conhece o relatório? Creio que muito pouca gente. Provavelmente só os quatro elementos que foram eleitos pela Assembleia, que compõem a Comissão, como Comissão alargada.

Portanto, era de bom tom que a Assembleia, no mínimo, distribuísse a cada elemento da Assembleia o Relatório para se saber exactamente e para dar cumprimento à obrigatoriedade que a Comissão tem perante a Assembleia Municipal.

A Assembleia devia no mínimo, se não quisesse discutir, mas no mínimo distribuir aos elementos da Assembleia para eles terem conhecimento do que é que realmente se passa em Mirandela sobre a protecção de crianças e jovens.

Relativamente à moção sobre a saúde do PSD, eu estou inteiramente de acordo e já agora perguntava também à Mesa, porque foi enviado um pedido de reunião ao Ministro, ou qualquer coisa, em que pé é que está. Se já respondeu, se não respondeu. Se respondeu o que é que disse, se recebe a Comissão, se não recebe.

E lembrar um bocado do que a gente sabe o que a casa gasta, infelizmente. E esta história de papéis para trás e para a frente e não sei quê, em minha opinião leva a muito pouco lado, independentemente de a gente ouvir na comunicação social os arautos da defesa dizer que tudo fica na mesma. É claro que uns dizem que tudo fica na mesma, mas depois o outro já diz que não fica e portanto sabendo nós o que a casa gasta e das duas uma, ou a comissão técnica é uma cambada de burros que lá anda, porque foi constituída lá pelo Governo para apresentar um trabalho técnico e o Ministro agora diz "esse trabalho não serva para nada", porque não é só a contestação de Mirandela, é que toda a gente que foi atingida está a contestar.

Das duas uma, ou a comissão técnica não sabe o que faz, ou se calhar sabe e o Ministro também sabe e nós é que estamos a ser um bocado anjinhos, na minha opinião, portanto se calhar é melhor ter em atenção do que está em cima da mesa e o que é que a gente pretende. Se é que pretende que as coisas continuem assim, se acreditamos nas palavras e nas palmadas nas costas, que nos têm vindo a dizer e depois enquanto o pau vai e vem folgam as costas ou se atempadamente a gente toma algumas posições. Era para já o que tinha a dizer.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Em relação às questões aqui levantadas pelo Sr. Deputado que acaba de ter oportunidade de falar, a Mesa presta os seguintes esclarecimentos:

Evidentemente que na leitura da correspondência, o secretariado procura ser sintético, breve, mas simultaneamente elucidativo, como é óbvio, porque se não também se torna fastidioso e nunca há regras muito rigorosas nesta matéria, tem que haver oscilações como a Assembleia tem que compreender.

Eu vou dar um exemplo: quando o Jorge Pereira, o nosso Secretário da Mesa estava a dar a informação sobre a correspondência, a mim próprio, pessoalmente, me pareceu que estava a ser exaustivo no que respeita à textual idade que integrava um determinado tipo de correspondência recebida.

Mas por exemplo sobre o PCP, se fossemos ler o conteúdo, nós tínhamos aqui, se não me engano 30 itens, sobre estrada, edifícios e programas de agricultura e que eu penso que não seria necessário, no meu critério, que procura ser um critério global e respeitável acima de tudo.

Mas a correspondência é aberta e fica à disposição de quem o assunto lhe interessar poder consultar.

De igual modo sobre a CPCJ em riscos, que é um assunto que V.Ex.ªs. terão que acreditar que me diz respeito e para a qual tenho uma sensibilidade própria, uma vez que foi sempre o meu modo de vida, também foi lido, naturalmente o ofício que acompanhava o respectivo assunto e que foi lido e que foi dado conhecimento. Quem o quiser consultar poderá naturalmente estar à disposição.

Falta ainda dar-lhe informação sobre o seguinte:

De facto a Comissão de Saúde reuniu-se recentemente (se não me falha a memória no dia 03, nas instalações da Câmara Municipal) e decidiu por unanimidade que o Presidente dessa Comissão, que é o Presidente da Assembleia, remetesse um ofício, pedindo uma audiência ao Sr. Governador Civil.

Isso já foi feito, o Governador Civil entrou em contacto comigo e eu, uma vez que a informação que recebi foi anteontem, entendi que a devia dar hoje pessoalmente, uma vez que nem sequer é critério de ser dado publicamente à Assembleia, uma vez que é dado à Comissão, a cada um dos elementos.

Eu peço desculpa de não lhe ter dito nada ao Sr. Deputado David Garrido, uma vez que já nos cruzamos, já nos cumprimentamos duas vezes, já tratamos de vários assuntos e de facto não lhe disse a si, por qualquer lapso que não tem qualquer consequência, uma vez que a sessão está a decorrer.

Todavia ela foi dada aos demais representantes dos diversos partidos.

Será entendido desta maneira, porque não tem qualquer outro significado nem tem qualquer outro conteúdo.

**Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):**

Bom dia a todos, Sr. Presidente, respectiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara, respectiva Vereação, Srs. Deputados, Srs. Munícipes, Jornalistas aqui presentes.

A minha intervenção é muito rápida mas não poderia deixar de a fazer, ainda que vos ocupe algum tempo.

E começaria por dizer que desde sempre a nossa posição nas questões de saúde, teve por base três pilares estratégicos.

Esses três pilares estratégicos são:

1.º A relação quilómetros quadrados / população. E da mesma maneira que nós aceitamos que no litoral haja rácios correctores por falta de quilómetros quadrados e portanto se beneficie a população, também entendemos que no interior, os do litoral e o Governo têm que ter em conta que o rácio é desfavorável à população e favorável aos quilómetros quadrados e deverá levar isso em conta.

Este é e tem sido desde sempre o primeiro pilar estratégico que nós consideramos fundamental e estaremos sempre ao lado de todas as posições, quer em relação à saúde, quer em relação a outras, que tenham por base esta equação, quilómetros quadrados / população.

Não podemos ser tratados só com base no rácio da população, porque não a temos, mas tem que haver factores correctivos que levem em linha de conta os quilómetros que temos e que o nosso território grosso modo é 1/3 do território de Portugal.

A 2.ª questão estratégica porque nós olhamos a questão da saúde, tem a ver e também entroncado neste binómio quilómetros quadrados / população, tem a ver com Terra Quente e Terra Fria e tem a ver com um princípio estratégico também que nós entendemos que Mirandela deve ser a polarizadora da Terra Quente, pela sua posição geográfica e chega até para definir e para sustentar esta posição de que Mirandela deve ser a polarizadora da Terra Quente, da mesma maneira que entendemos que Bragança deve ser a polarizadora da Terra Fria, se quiserem dar isso a Macedo que dêem, mas isso é problema deles. Entendemos claramente e já o dissemos várias vezes e poderíamos discutir esta questão, mas não é para aqui chamada, entre Terra Quente e Terra Fria, que deve haver duas entidades ou dois agregados populacionais que são polarizadoras das respectivas regiões, "Terra Quente e Terra Fria."

Por outro lado, para que Mirandela seja pólo da atracção, há uma questão mínima que tem que existir, tem que existir qualidade de vida. E para haver qualidade de vida, o mínimo que se pode exigir é que haja urgência médico-cirúrgica. Ninguém vem para Mirandela se depois com um problema de saúde que não está previsto, não sabe o que fazer à vida. Não é possível radicar gente em Mirandela assim.

Portanto a questão é simples, para radicar pessoas em Mirandela é preciso que haja qualidade de vida. Uma das questões para que haja qualidade de vida é a assistência médica e a assistência médica passa pela urgência médico-cirúrgica.

Desde sempre têm sido os três princípios básicos porque nos temos seguido e é com agrado que vemos esses três princípios básicos vertidos na moção aqui apresentada pelo Grupo do PSD e por isso mesmo que vamos votar favoravelmente.

**Deputado Municipal Arnaldo Cadavez (CDS/PP):**

Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa e elementos da Mesa da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores e os Srs. Deputados Municipais.

Eu tenho muitas folhas mas a comunicação é breve e pouco pretensiosa.

Eu pedia-lhes que a tomassem como reflexão sobre as perspectivas de futuro deste Município do interior e para todo o Interior Nordeste em geral.

É este nosso Município integrante da parte do país a que Torga chamou a chaga do canto de Portugal.

Vive-se hoje com mais conforto material do que há 100 anos ou há 30 anos. A vida das civilizações, das sociedades, dos estados, das regiões, processa-se normalmente no sentido do progresso. Mas a história também nos mostra que nem sempre é assim.

Lembremo-nos do que houve de regressão com o desmembramento da queda do Império Romano... vias de comunicação, pontes por exemplo, como as de há 20 séculos que só voltariam a construir-se no século XVIIII, no Fontismo, na 2.ª metade do século XVIIII.

Portanto uma comunidade humana pode viver períodos de evolução negativa, pode regredir, andar para trás. Pergunto-me se a região onde se enquadra este nosso Município não enfrenta sinais de retrocesso, de regressão, dispenso-me de referir casos ou situações, circunstâncias, que de tão recentes são bem conhecidas de todos.

Discute-se o investimento ou a falta dele, (no interior) a desertificação, as infraestruturas votadas ao abandono lia-se num Jornal de ontem, cito "*a estratégia suicida dos autarcas incapazes de olharem além do seu concelho.*"

Seremos capazes de moral e circunstanciadamente contraditar esta afirmação?

O ponto essencial desta minha intervenção é o das infraestruturas votadas ao abandono, mais especificamente o da linha do Tua, não por causa do recente trágico desastre, que me choca e dói como a qualquer Mirandelense ou Transmontano, desgraçadamente podemos perguntar-nos qual a natureza do sentimento que toca às gentes do centralismo governativo, não por causa do desastre mas porque a linha do Tua é para mim um dos sinais, um prenúncio de que poderá desenhar-se para nós Mirandelenses e gentes do interior, um futuro negro de angústias face às incertezas do presente.

A linha do Tua ia do Tua a Bragança, ia, já não vai.

Foram os nossos avós e bisavós quem a construiu, é assim em termos cronológicos, suceder de gerações.

Há um dever de memória da geração actual para com as que nos precederam, o que herdámos deitamo-lo fora, destruímo-lo, se e só se nos prejudica.

O que há de prejudicial no que resta da linha do Tua, o troço Tua-Mirandela? Deparamo-nos agora de o ver submerso pela albufeira de anunciada barragem. O Município e a região exigem investimentos para garantir o futuro. O que nos garante a falada barragem? Oiço dizer que permitirá e estimulará empreendimentos para desenvolver as potencialidades turísticas. Pode que sim, quanto a mim a grande potencialidade turística é a própria linha, o troço Tua Mirandela. Dela dizem entendidos de fora da região e portanto e suspeitos de bairrismo, que se trata de uma das mais belas linhas de montanha do mundo.

Que mais eficaz atractivo turístico do que a sua singularidade, o seu exotismo, é isso que buscam os turistas.

Defendo convicta e firmemente que a sua recuperação e funcionamento como linha turística é a solução que mais vantagem traria à economia deste concelho e da região.

Tal solução exige investimento avultado, claro que sim e tal conseguir-se-à com uma estratégia conjunta dos autarcas dos Municípios envolvidos, mas estratégia unitária, porque haveriam que puxar todos para o mesmo lado.

Estratégia a visar o cumprimento pelo Estado do princípio da coesão territorial, o mesmo é dizer, exigir do Governo Central o contributo financeiro adequado e indispensável para que este Município seja dotado de condições, em pé de igualdade com os do litoral.

E não há razão para que nos neguem isto. Fala-se de projectos faraónicos como Otas e Dgvs, exigem milhões de milhares de Euros. A recuperação deste troço exigiria porventura no máximo, poucas dezenas de milhões.

O poder político é o dever de governar. O dever de governar consiste fundamentalmente em dar a todos por igual, oportunidade de serem felizes e realizar-se como cidadãos. Exijamos do poder central o que só a este cabe cumprir, cumpramos nós como eleitos locais o que os eleitores nos disseram para cumprir.

Quanto a mim a grande potencialidade da linha do Tua está no seu aproveitamento para fins turísticos. Defendo sem reservas ou condições, a sua recuperação, restauro, manutenção e funcionamento, não a deixemos afogar.

Estranho que neste caso nem um pio dos ambientalistas. Malhas que os impérios dos interesses tecem porventura.

Respeitemos a memória dos nossos avós.

Compreenderão que o sacrifício dos nossos antepassados para realizar esta obra, foi incomparavelmente superior ao do IP4 Vila Real / Bragança.

Para que não sejamos acusados de ingratidão, ocorre-me o exemplo da família que tendo um automóvel de 50.000,00 € e uma vivenda confortável, dia à mãe ou à sogra, quando lhe toca aturá-la, que a televisão só para ver notícias, de resto desliga-se porque gasta energia, é a atitude que em certa medida em posso ver ser a do poder central em relação ao interior.

Por mim se outro consolo não tiver, contento-me com a resposta que poderei dar aos meus netos (quando os vier a ter), se me vierem a interrogar com modos de censura, "*o que fizeste para evitar a injustiça do abandono?*" Está aqui, vede o que escrevi e disse por mais de uma vez. Não fui, nem amorfo, nem resignado nem submisso.

Se outros vierem a ter o que houvermos de perder, aí sim ficarei triste e resignado.

**Jorge Pereira (Presidente da Junta de Freguesia de Frechas):**

Sr. Presidente da Assembleia Municipal e demais Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal e Srs. Vereadores, Srs. Membros da assembleia Municipal.

Já algumas vezes aqui abordei a questão dos canídeos que vagueiam pelas ruas, não apenas na cidade de Mirandela, como também nas demais localidades do Concelho.

Por motivos diversos este tema não é de tão simples tratamento, como por vezes se possa imaginar. Contudo, situações há, em que assistimos a autênticas excursões de canídeos a passearem-se pelos parques e jardins da cidade.

Se a questão da limpeza e asseio dos espaços públicos é preocupante, a segurança, nomeadamente de idosos e crianças, deve preocupar-nos de sobremaneira.

Também a minha Freguesia, regista um número verdadeiramente assustador de canídeos a vaguear pelas ruas, casos há, tal como já o referi, além do asseio e da limpeza pública que é posta em causa, é também a questão de segurança das pessoas que começa a registar contornos deveras preocupantes.

Eu próprio, há cerca de 2 anos, fui mordido por um cão de gado.

Há relativamente poucos dias, outras pessoas foram violentamente atacadas e agredidas. Outras houve, que viveram momentos de grande aflição face a tão iminente ataque.

Com a entrada em funcionamento do Canil Intermunicipal, penso que de alguma forma, estarão criadas as condições para que este problema possa ser minorado. A recolha periódica através da captura

com a rede, não é pacífica, pois, casos houve, em que o pessoal incumbido da tarefa, terá sido insultado, o que, diga-se em abono da verdade, é uma situação tremendamente desagradável para quem está no desempenho da sua função. Ao que parece, tal situação terá levado a que estas capturas se verificassem com regularidade e devidamente calendarizadas.

Tal como o referi, este assunto parecendo simples, não é pacífico, nomeadamente para as pessoas do meio rural, paradoxalmente, estas apenas assumem a condição de dono dos animais face a iminente captura com a rede ou se entretanto, alguém inadvertidamente molesta o animal, há aqui D'el-rei, é o fim do mundo.

Já quanto ao assumir a responsabilidade pelos animais, é complicado. O dono na maioria dos casos recusa desde logo a vacina bem como o licenciamento, basta comparar os escassos registos efectuados na Junta de Freguesia com a quantidade dos que se passeiam pelas ruas, isto para não falarmos das condições de alimentação, higiene e saúde dos mesmos, chegando-se a presenciar casos de autênticos focos de doença, se porventura o desgraçado do animal morre, jamais o dono se preocupa em o remover da via pública e proceder ao seu enterramento.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, também para tentar minorar este problema, a Junta de Freguesia de Frechas, está a elaborar a postura de apascentação de gados para a Freguesia, contudo, por si só, este documento não resolve o problema, até porque, os cães do gado não são a maioria. Assim, em minha opinião, devem os serviços competentes do Município, organizar recolhas periódicas, estas acções, conforme o regulamentado sobre o tema, devem ou não ser previamente publicitadas, até porque, com nova postura perante o problema, alguns dos detentores dos animais, poderão ser animados a melhorar a sua condição de verdadeiros donos, assumindo completa responsabilidade pelos mesmos, conforme a Lei determina. Disse.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Bom dia a todos, Exm.ª Mesa, Vereadores da Câmara Municipal, Sr. Presidente.

Caracterizada pela sua estratégia regional, Mirandela revela múltiplos desafios no que respeita ao seu planeamento, porém a grande angústia municipal sobre as tarefas do planeamento, tendentes a uma maior eficácia e eficiência do processo e logo os seus resultados é o facto deste trabalho estar excessivamente dependente de agentes externos. Exemplos: IPAR, CCDR e outras entidades.

A realidade actual é que as próprias cidades estão mudando rapidamente o seu contexto urbanístico e as suas fronteiras. Assim a cidade vai-se construindo tendo em conta a sua génese e com o apoio à multidisciplinaridade do uso do solo e propriedade, para então se envolver em temáticas e métodos para a criação da cidade ideal.

Hoje, o planeamento territorial encontra-se descredibilizado pela morosidade processual, pela ausência de regulamentações prometidas, pelos paradigmas do passado sobre a utilização do território que ainda perduram. Basta avaliar o tempo de elaboração dos PDMs que já se apresentaram mais morosos do que os da primeira geração, para entender que em vez de uma maior fluidez dos processos, uma maior articulação entre organismos, havendo uma maior decisão em tempo útil, tudo parece andar marcha à ré em questão de tempo.

Apela-se então à necessária reforma do planeamento do território nacional a partir de uma maior operatividade do sistema, uma maior coordenação intermunicipal e territorial à elaboração de regulamentação anunciada e execução de medidas de avaliação previstas.

As Câmaras Municipais, hoje, se lutam em defesa dos seus próprios interesses em termos de ser só a Câmara, é difícil portanto, encontrarem situações de resolver os seus próprios problemas.

Neste contexto, qualquer Câmara Municipal deverá ter em conta estes condicionalismos técnicos operativos por uma nova política de gestão urbanística do espaço e dar continuidade à nova cidade com novos mecanismos de estruturação, com os seus equipamentos e serviços espalhados pela mancha urbana, baseada em critérios de sustentabilidade, eu diria mais de parcerias, para então se poder fazer uma unificação, uma computação de todo este tecido urbano, criando-se assim a cidade que nós queremos. Eu não tenho dúvidas algumas sobre isto. Eu já não estarei aqui, mas daqui a uns anos, se estas situações não se concretizam, Mirandela fica no fosso, Mirandela e todas as cidades do interior, cidades e vilas do interior, para então se usar uma unificação e computação de todo o tecido urbano. Um exemplo que já aqui falei várias vezes nesta Assembleia é a ligação do Parque do Império à Reginorde, mais uma vez essa ligação deveria ser uma incidência na cultura frenética do lazer, na multimédia, na restauração e outros equipamentos colectivos que realmente estruturassem a cidade a nível de um planeamento de uma cidade não linear.

Isto tem a ver com o ponto atrás que eu disse, que para haver esta sustentabilidade tem que haver parcerias. A Câmara não tem hipótese, qualquer Câmara não tem hipótese de realizar este tipo de obra. Não é a Câmara de Bragança, não é a Câmara de Macedo, não é a Câmara de Vila flor nem a Câmara de Mirandela. Tudo que se possa dizer aqui é demagogia, nesse sentido.

E para terminar eu dizia em resumo: estruturar malhas a nível de crescimento urbano de modo que o crescimento fosse homogéneo e equilibrado e folgo muito também ouvir ali (há bocado) o Sr. Deputado do Partido Socialista dizer que aprova a nossa moção e também os três pilares e que também os três pilares em que ele veio aqui a falar sobre aquilo que é para o PS e o que é fundamental para o PS, só espero que esses pilares não estejam assentes em areias movediças e que da palavra, o acto seja um sonho.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Nós estamos ainda com um tempo regulamentar para o Período de Antes da Ordem do Dia, de maneira que a Mesa sente-se no dever de perguntar à Assembleia se necessita mais alguma inscrição? Parece que não registamos mais nenhuma inscrição.

Então perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se quer dar alguma informação complementar.

**Presidente da Câmara Municipal:**

Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Srs. Vereadores aqui presentes, Comunicação Social e Público também aqui presente.

Segundo o novo regulamento, também eu infrinjo hoje o regulamento, penso que também nos vamos todos habituando a estas situações, para que no futuro não fazermos isso para responder a algumas questões aqui postas.

Em primeiro lugar, quero dizer que a Câmara também se associa a esse voto de pesar, já aprovado em reunião de Câmara em relação ao desaparecido e aos dois mortos já confirmados da Linha do Tua.

Em segundo lugar, dizer também, e com toda a frontalidade, que em relação às urgências e à situação que estamos a viver, na minha opinião, coincidente com a opinião dos meus colegas do Alto Tâmega, ou se dá espaço à luta ou o diálogo não serve rigorosamente para nada. Espero que depois deste diálogo esgotado agora com a reunião com o Sr. Governador Civil, haja força e coragem para criar uma frente de autarcas que vá desde o Alto Tâmega, desde Montalegre até à Terra Quente a Moncorvo ou a Freixo, para que ganhe escala e possa ser positiva. Não acredito que o Ministro da Saúde marque qualquer reunião.

É preciso efectuar uma acção de sensibilização de porta a porta e para a próxima semana terão já uma luta no terreno também, porque Chaves também pode perder a urgência médico-cirúrgica.

Quando somos responsáveis por algum órgão de soberania e os deputados hoje, no meu entendimento, são detentores de poder, são órgãos de soberania, porque eles pertencem à Assembleia da República, não podem fazer afirmações que depois não tenham consequências. Portanto, as afirmações que fizeram os Deputados do Partido Socialista e o Sr. Governador Civil têm que ter uma consequência que é esta: ou se verifica o que eles disseram e as urgências médico-cirúrgicas se mantêm em Mirandela e era isto que lhes tinha sido já perfeitamente afiançado ou assegurado pelo Sr. Ministro da Saúde, ou então isto não é verdade e eles têm que vir aqui para a primeira linha da luta em Mirandela, porque eles disseram que se isso não fosse verdade estariam na primeira linha da luta. Lá teremos o primeiro carro com o deputado Mota Andrade e o último com o Dr. Luís Vaz, sendo as declarações que prestou na Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros do mais puro provincianismo, ao dizer que Macedo tem que ficar com uma coisa igual a Mirandela, porque também pede a médico-cirúrgica, porque as médico-cirúrgicas só devem ficar nas capitais de Distrito. Portanto, ele é deputado nos dias que está na Assembleia da República e membro da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros nos dias em que está na Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros.

Espero que essa reunião com o Sr. Governador Civil na próxima semana venha trazer pelo menos alguma luz a esta situação, senão temos que estender a luta, como estão a fazer os nossos colegas do Alto Tâmega.

Em relação às questões postas pelo Dr. Maximino Monteiro, dizer-lhe que, em primeiro lugar, que eu não fico melindrado, eu tenho é um feitio ou uma maneira de ser que acho que é frontal e directa de responder, se calhar sou muito pouco de rodriguinhos, mas é uma questão de feitio, não é uma questão de ficar chateado com as críticas. Eu até sou uma pessoa que gosto muito de críticas e às vezes até me interrogo, quando ouço poucas críticas, se alguma coisa está mal.

Eu gosto mais das críticas porque quando entrei para a Câmara Municipal o ambiente já era meio agressivo. Nunca entrei em águas paradas.

Já começaram as obras da Igreja da Soutilha que é católica mas há cerca de três meses também aprovámos na Câmara uma isenção de taxas para as testemunhas de Jeová, que fizeram cá um Templo em Mirandela, como também doamos um terreno, salvo erro, para os Adventistas do Sétimo Dia. Nós

temos tratado todas as confissões religiosas da mesma forma, em termos formais pelo menos, que é isso que à Câmara Municipal compete.

Em relação às zonas de caça, eu não dou directivas aos presidentes dessas zonas de caça associativas.

Infelizmente em Mirandela constituíram-se várias zonas de caça associativas e as zonas de caça associativas são feitas por sócios e portanto têm as direcções próprias, eleitas pelos respectivos associados e depois têm uma direcção escolhida por esses associados, que dirige a respectiva zona de caça.

O que mais faltava ao Presidente da Câmara ou à Câmara é que se intrometesse ou tentasse intrometer na gestão directa dessas zonas de caça e portanto nós o que temos que fazer é aquilo que já consta do nosso portal informático electrónico da Câmara Municipal e também das informações que lhe foram prestadas que é constatarmos o número de zonas de caça associativas, sabermos as áreas. Elas são aprovadas pela Direcção Regional de Agricultura num departamento próprio que faz o estudo de viabilidade económica e que estuda a viabilidade económica dessas zonas de caça e, portanto, o Conselho Municipal depois só se pronuncia se há legalidade ou não, de acordo com esse processo informado, para constituir zonas de caça e depois delas constituídas tem muito pouca autonomia para saber se elas têm ou não têm guardas, se elas são ou não são repovoadas, se elas têm ou não têm as espécies perfeitamente protegidas ou ameaçadas, porque isso tem uma gestão própria de que eu não me queria meter, nem tenho poderes legais para me meter.

Em relação às questões postas aqui sobre a unidade móvel de saúde e as declarações da Sr:ª. Directora da ARS, quero dizer-lhes, em primeiro lugar, que não é verdade, ela pode ter prestado declarações, mas nem todos os concelhos do Distrito de Bragança têm unidade móvel de saúde, como por exemplo Carrazeda de Ansiães. Portanto, não são todos, há alguns que não a têm.

Se calhar a Sr.ª Dr.ª da ARS já não está no Distrito, se calhar já está mais à frente do que nós, já está na Nut Douro e na Nut Trás-os-Montes. A questão das unidades móveis de saúde foi colocada numa determinada altura em certos concelhos com um determinado propósito e objectivo que era chegar a algumas aldeias distantes com apenas cuidados de enfermagem. Nem médico lá têm mas apenas enfermeiro e um motorista que conduz o carro. Nunca quis para o meu concelho este modelo. Sem médico não valia a pena ter carro móvel de saúde.

E foi só por isso que no final de 2006 conseguimos que entre o Centro de Saúde, a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal se estabelecesse um protocolo da criação de uma unidade móvel de saúde, com estas características, totalmente diferentes das outras, em que todos os dias leva um médico. Assumiu isto o Centro de Saúde e muito bem, a quem competirá também a programação das visitas e dos atendimentos.

O ponto da situação da unidade de saúde móvel em Mirandela neste momento, é que decorreu a candidatura por parte da Santa Casa. A Câmara Municipal, através dos seus técnicos, teve que fazer a análise do concurso para a escolha da viatura. Essa escolha da viatura foi precedida de um relatório técnico elaborado, quer para as condições do Concelho, quer para a qualidade da viatura. Foi uma Mercedes que ganhou o respectivo concurso de análise e neste momento está o processo terminado em termos formais. Falta a Saúde 21, que é este o projecto que a financia, ar ordem para comprar o respectivo carro, porque, como sabem também, aí quem paga o motorista desse carro a 100% é a Câmara Municipal, quem paga a gasolina a 100% é a Câmara Municipal, portanto que não fique na ideia das pessoas que esses carros são fornecidos pelo Governo ou pelo Ministério da Saúde, quando eles só comparticipam 75% do valor da viatura e depois o Centro de Saúde fornece os profissionais de saúde que tiver disponíveis para o integrarem. Esperamos que este carro de saúde, que resolva alguns problemas no Concelho, esteja a funcionar dentro de alguns meses.

Em relação às dívidas da Câmara Municipal, normalmente quando nós sabemos as coisas por espírito santo de orelha não temos bem a informação toda fundamentada, esta questão há-de vir aqui à Câmara Municipal daqui a mais um mês e meio com o relatório completo da análise do relatório de gestão do ano 2006. Só foi levado à Câmara Municipal o rol de dívidas que têm esses valores. Como sabem, o rol de dívidas é uma pequena parte da análise completa do Relatório de Gestão e Contas do ano de 2006 e depois aí poderá observar pelos gráficos que dele constarão na sua análise global que o seu raciocínio pode enfermar de alguns vícios de informação e, eu digo de alguns vícios de informação, porque uma coisa é rapidamente darem-lhe dados, a Câmara deve 5 milhões e 500 mil Euros ou 6 milhões a fornecedores e empreiteiros, ano passado só devia 2 milhões, aumentou 4 milhões, que é esse o raciocínio que acabou de fazer.

Eu vou-lho explicar de maneira simples, mas o relatório explicar-lho-à melhor, de que nesse relatório de dívidas que vem para esta Assembleia Municipal aprovar na sua sessão normal de Abril e que terá o relatório integrado que todos os Deputados desta Assembleia poderão analisar e depois contestar ou comentar, têm 2 situações perfeitamente engraçadas, que é: Mirandela teve no ano 2006 investimentos públicos a nível central de tal maneira elevados que atingem mais de 4 milhões e meio de Euros e que são da própria responsabilidade, alguns deles, "total" e eu vou repetir "responsabilidade total" do Estado, do Governo, dois exemplos: o Centro de Saúde em que nós só somos o dono da obra, mas todos os autos são directamente pagos pelo Ministério da Saúde, consoante os autos que são enviados pela Câmara Municipal, a estrada Nacional 15, que vai até ao Vimieiro e que também é toda da responsabilidade, (nós só somos o dono da obra, transmissão de dinheiro) do poder central, a ribeira de Carvalhais que está a ser inaugurada dentro de mais um mês ou dois que também é financiada, que tem o financiamento homologado e que já está concluída e só estas três obras que eu acabei de lhe referir representam mais de 4 milhões e meio de Euros que aparecem neste relatório de contas como dívidas ou encargos assumidos e não pagos e portanto se lhe retirarmos isto e olharmos para o resto do resultado dos últimos 5 anos, é o menor e eu volto a repetir, é o menor número ou volume de dívidas que passa a fornecedores e empreiteiros para o ano seguinte e perguntar-me-ão? Mas está lá porque é que o Estado não pagou? Mas escusado será repeti-lo aqui, que é: o Estado não transferiu nenhuma verba ou o Governo, para as Autarquias Locais, depois de 30 de Junho de 2006, precisamente par cumprir o pacto de estabilidade e crescimento. Não foi só para as Autarquias Locais, foi para toda a Administração descentralizada, porque queria cumprir esse compromisso e portanto todos os financiamentos, mesmo que já tivessem autos de medição, não vinha o dinheiro porque isso tinha que dar e no meu entender este Governo aproveitou muito bem para cumprir o deficit orçamental, que acho que ainda vai ficar bastante abaixo até do previsto, víamos ontem essas situações em termos da poupança do próprio Governo. Claro que a poupança pode ser no ano de 2006, mas atenção, depois podem vir todos os pagamentos que já estão assumidos e que já estão justificados, no ano de 2007.

Mas isso foi uma estratégia, que eu não discuto se é a certa ou a errada, os economistas sabem melhor do que eu, houve Governos que não faziam isto, mas faziam uma coisa que se calhar ainda era pior perante a opinião pública e perante a estratégia política, que era fazer orçamentos rectificativos, isto é, temos que pagar, não chega o que está previsto, vamos fazer um orçamento rectificativo, este Governo entendeu não fazer esse orçamento rectificativo dando uma imagem de seriedade e de rigor nas contas públicas, adiando algumas transferências financeiras para os Municípios e para outros tipos de obras que neste momento se encontram por pagar, com os empreiteiros a sofrer também um bocado na pele, alguns deles mais de 6 meses nalgumas obras, alguns pagamentos atrasados, mas derivam destas circunstâncias que podem ser analisadas por todos, quando receberem esse relatório, depois podem fazer aí a respectiva análise com tudo o que isso tem de fundamental e de essencial para o Município.

Dizer-lhe também que isso tudo é relativo. É assim quando a Câmara Municipal, em 1995, tinha um orçamento ou teve um orçamento dos maiores de todos, mas que realizou 12 milhões e meio de Euros em termos de receitas. Se tivesse naquela altura 1 milhão de Euros nesse domínio de dívidas, mais algum a médio prazo, imagine que dava no total só 3 milhões.

Se 3 milhões de dívidas comparado com a receita de 12 milhões e meio, dá uma percentagem relativa entre a dívida e a receita.

Mas se este ano que teve 21 ou perto de 21 milhões de Euros de receita, se a dívida for maior, a percentagem também é maior entre a dívida e a realização de receitas.

Estes são os dados e estes são os factores que nós temos que equacionar para saber realmente qual é a percentagem ou a capacidade de endividamento da Câmara Municipal.

O que está em causa é saber se a capacidade de endividamento hoje é menor ou maior do que nos anos que vêm referidos anteriormente, porque a relação receitas / despesas, tem que ser vista dessa forma ampla e dessa forma articulada.

Esse relatório vai ter que trazer todos os dados, com toda a certeza que todos vão ter a interpretação, mas uma interpretação bem fundamentada da situação.

Em relação às empreitadas que não constam do Diário da República, ó Sr. Dr. eu digo-lhe isto, o Sr. Dr. é Jurista, se calhar com muito mais experiência na barra dos Tribunais do que eu, que já não exerço, ou melhor, só exerci durante um ano, depois do estágio estive na advocacia mais um ano, já me esqueci quase de todas essas regras jurídicas que regulam essas situações todas, mas há uma destas que é a da Administração Pública, que eu tenha que ter sempre actualizada na minha cabeça, porque é no dia a dia que eu lido com elas e tenho as informações técnicas sobre elas e que dizem o seguinte: "só vêm no Diário da República as obras que tiverem um valor que a lei exija para lá virem publicadas e essas nenhuma pode falhar, senão o Tribunal de Contas não lhe dá visto, são logo nulas porque lhes falta o requisito formal e portanto como nós temos em todas o visto prévio do Tribunal de Contas, pode ter a

certeza que todas elas, as que exigem publicação em Diário da República, lá estarão publicadas, disso não tenha nenhuma dúvida, disso não tenha absolutamente nenhuma dúvida, porque senão nem funcionavam os Órgãos de Fiscalização, nem funcionavam os próprios Órgãos Municipais.

Agora há outro tipo de obras que são lançados concursos vários que não têm o limite financeiro normal para serem publicadas em Diário da República, ou que a lei dispensa a sua publicação em Diário da República, porque não exigem, nem concurso público nem outras formalidades legais que aí são exigidas e então essas é evidente que hão-de sair na comunicação social regional, local, consoante a própria legislação o ditar ou consoante os requisitos que lá estiverem para seguirmos e nós nessas seguimos com toda a certeza.

Em relação ao Museu do Azeite, dizer-lhe com toda a clareza que as obras estão suspensas, ou melhor, paradas porque rescindimos o contrato com o empreiteiro que ganhou a obra, por circunstâncias técnicas várias que podem ser explicadas detalhadamente noutra reunião onde fizerem a pergunta e que tecnicamente vos podem ser explicadas, por falta de cumprimento. Neste momento estamos no processo formal que também é obrigatório, de voltar a entregar a obra, ou ao empreiteiro que estiver a seguir, se a lei o permitir, ou a abrir novo concurso, para completar a obra.

Neste sentido, nós temos que seguir os trâmites legais e normais, as regras são as mesmas, quando não se cumprem as obrigações das duas partes, tem que haver as situações que toda a gente conhece em termos legais.

Na Administração Autárquica são processos perfeitamente normais e acontecem vários durante os mandatos todos.

Em relação a outra pergunta que tenha feito aqui, portanto e eu em relação ao Jorge Pereira, só dizer-lhe que quando foi mordido pelo cão nunca podia ser notícia, porque em vez de o cão morder o Presidente da Junta se fosse o Presidente da Junta a morder o cão é que havia aí notícia. Nós temos de fazer essa sensibilidade em termos de população, mas o que é verdade é que independentemente dos regulamentos que existem e independentemente da sua aplicação e os funcionários nem sempre estão preparados para fazer essa aplicação de acordo com as regras todas que agora exigem. O que é verdade é que também há uma falta de sensibilização enorme em termos de população, porque abandonam os cães, têm os cães em casa põem-nos na rua, vão passear com eles para o jardim e para a relva, fazendo todo o tipo de necessidades e portanto aqui também não é preciso só o regulamento que existe, não é preciso só o canil que existe, mas é preciso uma sensibilização em que todos temos que contribuir para isso.

E Sr. Presidente, o resto eram intervenções que eu ouvi com muita atenção que reflectem e que apontam um sentido estratégico de desenvolvimento do nosso Concelho, mas que não pediram qualquer resposta ao Presidente da Câmara. Muito obrigado.

## PONTO N.º 4.1 - INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA

Sr. Presidente da Câmara tem alguma informação?

**Presidente da Câmara Municipal:**

A primeira informação que presto é que hoje às 15h30 há o funeral no Vieiro, no Concelho de Vila Flor do funcionário da CP que ontem apareceu no Tua e tem o funeral hoje às 15h30 para quem quiser saber ou estar presente, sabe-o aqui na Freguesia do Vieiro, no Concelho de Vila Flor.

Peço aos 37 presidentes de junta para estar presentes a uma reunião no dia 22, aqui no Auditório, às 10h30 da manhã, para tratar do complemento social de idosos que está a ser um desastre ou um fracasso em termos de aplicação no Distrito de Bragança.

E está porque nós temos 8.000 idosos registados com mais de 80 anos no Distrito de Bragança, eu volto a repetir o número "8.000 idosos com mais de 80 anos" no Distrito de Bragança, todos a receberem menos de 300 € mensais, que é o que a legislação exige nas duas condições para que possam ter o complemento social de idosos e o Distrito de Bragança só tem 275 idosos a receber esse complemento.

Isto quer dizer que a informação não chegou atempadamente a esses idosos nem às entidades que os podiam elucidar, isto por falta, penso eu também, dos organismos distritais desta matéria, nomeadamente segurança social e instituições do Ministério do Trabalho. A Segurança Social apercebeu-se agora que de facto alguma coisa se passa de errado no Distrito de Bragança e que é obrigada a dar mais informação sobre esta matéria. Como tal, marcou uma reunião aqui para dia 22 com os 37 Presidentes de Junta para que os técnicos da segurança social os possam esclarecer a eles, para depois eles poderem ser os agentes dessa informação aos idosos todos das suas freguesias se têm ou não têm

direito a esse complemento social de idosos, em que condições o podem requerer e como é que o podem requerer, a ver se alguém ajuda no terreno, estas situações.

Foi tarde, já passou um ano, já podiam ter beneficiado muitos idosos deste complemento social, mas mais vale tarde do que nunca e agora a segurança social já chegou à conclusão que afinal não é por os idosos serem todos ricos no Distrito de Bragança que não recebem, porque eu cheguei a ouvir essas declarações do Sr. Governador Civil e da Sr.ª Dr.ª do Centro Distrital de Segurança Social, há um mês atrás, quando fizeram um balanço sobre o ano 2006, desta reforma, em que diziam, é porque no Distrito de Bragança não há bolsas de pobreza nos idosos, as pessoas aqui não precisam desse complemento.

Pelos vistos não é bem assim, porque são eles próprios agora a marcar ou a mandar marcar aos Srs. Presidentes de Câmara, estas reuniões, para que a informação chegue aos idosos que possam beneficiar deste complemento.

Portanto no dia 22 haverá uma reunião nessa matéria.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Então parece que o Regimento nos impõe a votação do voto que aqui foi apresentado pelo PSD, eu lembrava à Assembleia o seguinte:

Este voto tem dois pontos, um voto de protesto contra a proposta da rede de urgência e outro voto de protesto contra as afirmações do Deputado eleito pelo Círculo Eleitoral de Bragança. É assim.

Mas a mesa entendeu que devia pôr isso à consideração, ou perguntar, uma vez que tem, pode sugerir. Um tem um voto geral global sobre um entendimento e o outro tem sobre uma questão objectiva, individual e personalizada.

A Mesa não vê qualquer objecção nessa questão, posso-o pôr em conjunto, mas em consciência e pela interpretação da Mesa, entendi que devia ser assim, oxalá não haja qualquer pedido de esclarecimento desta matéria.

Então para melhor esclarecimento, o Presidente da Mesa vai ler de novo.

"Pelo exposto se propõe que seja aprovado o presente voto de protesto contra a proposta da rede de urgência apresentada em Janeiro/07 pela Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação das Urgências, na parte em que se reporta ao Hospital de Mirandela, prevendo o encerramento da urgência médico-cirúrgica, um ponto.

O segundo, que seja aprovado o presente protesto contra as afirmações do deputado eleito pelo círculo eleitoral de Bragança, Dr. Luís Vaz, nas quais preconiza a manutenção de apenas um serviço de urgência médico-cirúrgica no Distrito de Bragança, que se deverão situar no Hospital da capital de Distrito."

Assim sendo, a Mesa põe à votação:

**Votação:**
Votos Contra.....0
Abstenções.....0
Votos a Favor.....Unanimidade

**DELIBERAÇÃO. A Assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de protesto apresentado pelo PSD.**

**PONTO N.º 4.2 – ADESÃO À "ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A SEGURANÇA E CONSERVAÇÃO DE PONTES"**

A Mesa lembra que se trata de uma Associação Portuguesa para a Segurança e Conservação das Pontes e que é uma Associação sem Fins Lucrativos, com carácter científico e técnico e que enfim a Assembleia Municipal terá que deliberar sobre autorizar a adesão pelo Executivo Camarário, pela nossa Câmara a esta Associação da Conservação das Pontes.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Sobre este ponto em apreciação, eu acho que é pertinente e acho que a Câmara devia se associar a esta Associação Portuguesa para a Segurança e Conservação de Pontes, visto que Mirandela é atravessada por várias pontes e uma ponte em particular, que é a ponte Eng.º Machado Vaz necessita e tem vindo a necessitar de uma avaliação em relação à sua própria estrutura. Esta adesão é uma adesão que não fica cara, em relação à Câmara Municipal, porque paga uma cota anual de 100 Euros. E em termos técnicos, esta Associação vai verificando in loco como é que se comportam todas essas situações

de estrutura, portanto penso que o Grupo Parlamentar do PSD não vê inconveniente em a Câmara participar nesta Associação Portuguesa para a Segurança e Conservação de Pontes, como é óbvio.

**Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):**

Eu concordo plenamente com a posição que acaba de ser tomada pelo PSD, aliás era minha intenção também abordar esta questão, mas por outro lado queria referir que há mais pontes no Concelho, se é possível que esta Associação se debruce sobre o estado delas, era esta também a mensagem que eu deixava, em geral. Obrigado.

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Sem nada opor, não sei se haverá pontes concelhias, mas outras pontes serão pontes rodoviárias essencialmente e também temos pontes ferroviárias, nós na nossa linha de caminho de ferro, o comboio também passa em cima de pontes.

A pergunta que eu faço é se esta Associação abrange todas as pontes, ou se é só as pontes principais, das rodovias principais.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Eu acho que é uma pergunta muito pertinente por parte do Sr. Deputado que acabou de tomar a palavra, enquanto usava da palavra passei os olhos pelo ofício que é dirigido à Câmara, ele não é explícito nesta matéria, mas parte da pergunta, cada um de nós naturalmente poderá responder.

Perguntava à Mesa ou ao Sr. Presidente da Câmara, que me indicasse se pode responder nesta matéria.

**Presidente da Câmara Municipal:**

Isto é uma matéria complicada mas que se resume de uma forma muito simples e que é a seguinte:

Infelizmente estas questões nem deviam vir à Câmara Municipal, nem a Câmara Municipal devia fazer parte destas Associações, porque todas as pontes, tirando aqueles pontões que nós consideramos que atravessam os caminhos municipais ou rurais, são da responsabilidade do Governo, neste caso do IEP, no caso das estradas, ou da REFER, no caso das ferroviárias.

Só que todos sabemos também, devido a alguns acontecimentos que têm acontecido por esse país fora, que infelizmente, e eu volto a repetir "infelizmente", põem-se questões de prazos e de tempo em que os organismos governamentais não têm nem tempo, por um lado, para fiscalizar todas as pontes e depois há as tragédias que vamos vendo por esse país fora.

E nós na Câmara Municipal e o exemplo que está aqui diz "em particular", porque é uma ponte que a nós nos merece alguma preocupação, que já denunciada, quer ao IEP, quer às situações rodoviárias todas, embora eles digam que não têm nenhum problema de segurança, mas que pode vir a ameaçar no futuro a poder vir a ter, mas nunca fazem uma intervenção atempada, embora a ponte seja clara que é do IEP, naquela situação, o troço é nosso, mas a ponte é do IEP, não passou para o domínio da Câmara Municipal e por isso é que faz em particular porque é a preocupação maior que nós temos em Mirandela, é aquela, porque todas as outras da lista que constam do IEP, não são tão prioritárias de intervenção como aquela.

Não temos sequer, em relação à ferrovia, quais são as de intervenção prioritária o que também é uma falha grave nessa matéria, mas esse relatório nem nós temos na Câmara Municipal.

E o que é que nós entendemos. Já que existe uma Associação onde algumas Câmaras Municipais já aderiram que têm técnicos qualificados para este tipo de intervenções e ao mesmo tempo têm experiência na reparação e principalmente na detenção preventiva dos perigos eminentes que pode ter uma ponte em rotura, a Câmara de Mirandela ficará muito mais descansada e os Munícipes também, se tiverem uma equipa, neste caso um técnico, que foi o Eng.º Guedes Marques que se inscreveu para esta acção, se estiver preparado para em qualquer situação poder avaliar estas situações em conjunto com essa Associação, sem cair a responsabilidade individual apenas num técnico.

Os custos não são elevados e acho que a prevenção em relação aos Munícipes, vale a pena esta adesão.

**Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):**

Ainda está um tanto ou quanto verde este Regimento que foi aprovado na última sessão da Assembleia Municipal, em todo o caso, para que, enfim se definam as regras desde o princípio, eu reparei há pouco que havia um Deputado do Grupo Municipal do PSD que se tentava inscrever e que não foi inscrito, dando-se a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Parece-me a mim que estando prevista que a duração do uso da palavra e estando previsto que cada Deputado Municipal possa intervir pelo menos três vezes, parece-me a mim que a palavra ao Sr. Presidente da Câmara deve ser dada quando se encerra o debate entre os deputados Municipais.

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** interpolou, pedindo à Sr.ª Deputada Elina Fraga para concretizar objectivamente, porque a Mesa não deu por esse episódio.

**A Sr.ª Deputada Elina Fraga continuou:**

Após a intervenção do Sr. Garrido, o Deputado Arquitecto Figueiredo tentou inscrever-se para responder...

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interpolou:**

Não Sr.ª Dr.ª, peço imensa desculpa, está equivocada a Sr.ª Deputada, não pediu para se inscrever, pediu para dar um esclarecimento directo e o Regulamento não prevê isso. O Sr. Arquitecto Figueiredo pediu para dar uma explicação e o que a Mesa fez, foi indicar que não pode dar uma explicação directa, mas que quem daria a explicação é a Mesa, que aqui está para esse efeito.

Eu julgo que está dada a explicação Sr.ª Dr.ª.

**A Sr.ª Dr.ª Elina retomou a sua intervenção:**

Eu penso que todas as intervenções são esclarecimentos, ou seja: qualquer intervenção de um Deputado Municipal é no sentido de esclarecer ou ver esclarecida uma questão e portanto o que me parece, embora que, naturalmente respeite opinião contrária, é que a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, deve ser dada no fim de cada ponto, quando naturalmente esteja encerrado o debate, pelos Deputados da Assembleia Municipal, porque este é palco de debate dos deputados Assembleia Municipal.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

O que eu queria dizer era que era uma mais valia para a Câmara Municipal, já que o próprio Governo não toma conta de pontes nem de pontões e as situações vão-se deteriorando dia para dia. Esta Associação é uma forma de prevenção, foi o que acabou de dizer o Sr. Presidente e com razão, porque situações mais perigosas possam existir em relação ao nosso concelho, como pontes, pontões, etc.. E eu acho que pontes é no sentido global, mesmo as ferrovias e tudo.

Se houver um técnico na Câmara, que tenha uma visão em termos de estrutura sobre o funcionamento dessas mesmas estruturas e a deterioração delas e as patologias que se vão encontrar nelas, eu acho que isto é positivo, não é por 100 Euros que não se vai fazer uma prevenção, é ridículo.

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

A minha intervenção foi no sentido de, sendo da responsabilidade de quem é, aquilo que eu pergunto é se esta Associação está autorizada, porque a REFER, é uma pergunta que eu faço, a propósito de quê vai ver aquilo que é meu? Se calhar é possível!

**Presidente da Câmara Municipal:**

Eu a única explicação que tenho a dar é que aí funciona um bocado, como em todas as outras, a complementaridade entre o Governo e as Autarquias, é evidente que se a CP chegasse e dissesse "*o que é que andam aí a fazer que não podem, que a ponte é nossa",* de que o podia fazer, só que como as necessidades são tantas, elas próprias às vezes demoram tantos anos a chegar a uma determinada ponte, que ou nós temos algum relatório preliminar para os pressionar a intervir e é mais para isso que serve, para os próprios relatórios que a Câmara faz, levar uma questão técnica que exija que eles intervenham, mas é evidente que são dele.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Se a Câmara tem em termos de protecção civil também, responsabilidades sobre o seu Concelho e como tem um técnico que está devidamente fundamentado em relação a essas situações e a esses factores eu acho que isso é uma questão de direito próprio.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Não há mais nenhuma inscrição nesta matéria?

Então vamos votá-lo.

**Votação:**

Votos Contra.....0
Abstenções.....0
Votos a Favor.....Unanimidade

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão à "Associação Portuguesa para a Segurança e Conservação de Pontes".**

**PONTO N.º 4.3 - APPACDM – CANDIDATURA AO PROGRAMA DE ALARGAMENTO DA REDE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS – PARES.**

**Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):**

Bom dia a todos.

Tendo em conta o brilhante trabalho desenvolvido por técnicos, docentes, funcionários e Direcção da APPACDM em prol e em defesa dos interesses de pessoas que carecem de protecção, embora eu muitas vezes diga, provavelmente em determinadas questões, diferentes somos nós todos.

Tendo ainda em conta de que a construção de um Lar Residencial corresponde a uma necessidade concreta e não a um mero capricho, na medida que mais tarde ou mais cedo, sobretudo quando pais e familiares falharem, não estiverem do lado deles, as crianças, os jovens e os adultos da APPACDM, vão com certeza precisar de ajuda de um corpo técnico especializado, vão precisar de um lar que as acolha (esse lar infelizmente ainda não existe, este é o primeiro passo para que isto seja no futuro uma realidade).

O Grupo Municipal do PSD, não poderia deixar de apoiar a doação de uma parcela de terreno, para construção de um lar residencial para crianças, jovens e adultos, com deficiência mental. Muito obrigado.

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Eu em parte já fui elucidado, porque aquilo que nos chegou à mão não dizia para o que isto era, dizia *"a desafectação de um terreno"*, mas não dizia para quê e eu até quando li isto, fiquei com a sensação, muito honestamente, de que era já das instalações onde estão implantados, porque o terreno não estaria ainda legalizado.

Fico a saber que isto afinal é para uma outra situação e já agora, se é possível, aonde é que, porque se o terreno já existe, se é para aprovarmos a sua desafectação, aonde é que ele fica? Muito obrigado.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

O terreno fica no loteamento de S. Sebastião, que tem uma área de equipamento, o terreno da Gerium ficou dotado à Câmara em termos de área de cedência, uma área para equipamento e é nesse espaço que se vai fazer portanto o Lar de Apoio.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Não há mais nenhuma inscrição? Então vamos votar.

**Votação:**
Votos Contra.....0
Abstenções.....0
Votos a Favor.....Unanimidade

**DELIBERAÇÃO. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equip. Sociais - Pares.**

**PONTO N.º 5 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**

Não há foi apresentado nenhum assunto.

**PONTO N.º 6 – PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção**

Algum Munícipe que se queira inscrever? Então sendo assim, não havendo mais nenhuma inscrição, chegamos ao fim da nossa Assembleia, eu pedia o favor aos Srs. Presidentes doa Grupos Parlamentares se querem fazer chegar alguma recomendação à Mesa sobre o voto que foi apresentado pelo Sr. Deputado Humberto Dinis, a Mesa está naturalmente mandatada para remeter objectivamente o que aqui está escrito, mas se porventura os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares entenderem que

deve ser feito algum texto sobre o voto de pesar e o voto de confiança (o voto de pesar à família das vítimas e o voto de confiança à Administração do Metro), a Mesa está disponível e aguarda.

Damos por encerrada esta sessão e lembrava que logo (como o Sr. Presidente da Câmara disse) há uma cerimónia fúnebre na aldeia do Vieiro.

Boa tarde a todos e até à próxima Assembleia.

Mirandela, 16 de Fevereiro de 2007.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO**

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO**

**JORGE MANUEL PEREIRA**

**O SEGUNDO SECRETÁRIO**

**DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO**